

Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes*

Clara Araújo

As duas últimas décadas registraram um expressivo aumento da produção acadêmica designada como “Estudos Feministas”, particularmente no âmbito das ciências sociais. Tal percurso, que também significou uma maior institucionalização desses estudos, tem sido marcado por ricos debates e certas tensões, conforme foi assinalado em vários artigos (Shabad e Andersen, 1984; Bourque e Grossholtz, [1984] 1998; Phillips, 1998; Pinto, 1990; Brito, 1991; Ackelsberg, 1996; Sapiro, [1995] 1998; Heilborn e Sorj, 1999; Ross, 2000). No caso da ciência política essas tensões adquirem contornos particulares, ante a natureza de seu objeto – a esfera pública e os processos institucionais. Como apontaram diversas autoras (Pateman, 1993, 1994; Pateman e Brennan, 1998; Okin, 1995; Riot-Sarcey, 1994; Bonachhi e Groppi, 1994), a construção – analítica e política – da cidadania no período moderno baseou-se numa concepção dicotômica entre o que constituiria a esfera pública e a privada, que criara as bases para a recusa de direitos e a exclusão política das mulheres. O legado histórico desse processo – sub-representação feminina nas esferas políticas institucionais – e a mística de que mulheres não se interessam pela vida pública contribuíram para que os estudos sobre mulheres na

política adquirissem uma característica de gueto no interior desse campo. Sobretudo na última década, esse cenário tem sido modificado. Houve um considerável aumento de cientistas sociais que incorporam perspectivas feministas aos seus estudos; ainda que de forma tímida, estudiosos de temas clássicos da sociologia política e da ciência política procuram incluir a variável “gênero” nas suas pesquisas; e há uma profícua produção, centrada em temas da agenda política dos movimentos feministas, que vem propiciando um campo fértil para a reflexão acadêmica, envolvendo, sobretudo, o debate sobre a natureza da ação política, a constituição das identidades políticas e sua relação com as esferas de poder, e ainda as estratégias políticas para ampliar a inserção das mulheres nas arenas institucionais.

A partir de um breve balanço da trajetória de incorporação dos temas “mulher”, “gênero” e “feminismo” nas ciências sociais, particularmente, na ciência política, este trabalho busca indicar pontos de tensão que surgem nesse percurso e destacar novos enfoques teórico-metodológicos que emergem do encontro entre os chamados “estudos feministas” e esse campo disciplinar, tomando como referência principal a literatura anglo-saxônica. Duas tendências recentes são parti-

* Este artigo é uma versão ampliada do segundo capítulo de minha tese de doutorado defendida em 1999 e foi apresentado no XXV Encontro Anual da Anpocs, em 2001. Agradeço a Faperj o apoio para pesquisa que viabilizou a atualização bibliográfica do mesmo.

cularmente identificadas e destacadas, com base em trabalhos ilustrativos de esforços nesse sentido: o resgate de uma dimensão institucional na análise sobre a participação política feminina; e a incorporação de perspectivas mais interdisciplinares aos estudos envolvendo o tema “gênero e política”. Para isto, é privilegiada a análise de alguns trabalhos emblemáticos dessas tendências. Por fim, sem pretender desenvolver um balanço exaustivo, este trabalho discute a situação desses estudos no Brasil, indicando alguns desafios atuais.

Refazendo Percursos: Os Contextos e as Interpretações sobre a Mulher na Política

O marco dos estudos sobre participação política das mulheres nas ciências sociais tem sido identificado no trabalho de Maurice Duverger (1955) intitulado *La participation des femmes à la vie politique*, no qual o autor analisa de forma minuciosa a participação política da mulher no processo eleitoral e indica importantes pistas para pensar os fatores envolvidos na decisão do voto das mulheres. Mais recentemente, sociólogos e cientistas políticos comprometidos com uma perspectiva feminista têm feito uma leitura crítica da produção predominante, desde então, na sociologia e ciência política. Procuram demonstrar que muitas interpretações são passíveis de controvérsia, em particular as análises que tratam da dimensão e da natureza das diferenças de gênero na participação política. Nesse sentido, vários autores têm estabelecido referências, analíticas e cronológicas, para agrupar as principais interpretações no âmbito da ciência e sociologia política sobre a participação política das mulheres (Lovenduski, 1993, 1996; Norris, 1994; Tremblay, 2000). De acordo com os dois primeiros autores, as décadas de 1950 e 1960 são identificadas

como representativas de uma “visão tradicional” sobre a mulher na política. Nesse período, teria predominado nas ciências sociais a interpretação que considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas do que os homens na participação política,¹ e essa participação remetia, basicamente, à eleição para cargos legislativos; participação partidária, em grupos de interesse e em campanhas eleitorais. Mesmo em relação a essas dimensões, mais institucionais, as causas para a suposta não-participação não estavam muito claras, e tampouco ocupavam lugar de destaque nessas abordagens, muito embora permeasse a hipótese da “apatia feminina” como elemento explanatório. Na década de 1970, com a emergência do denominado “feminismo radical” como movimento e como pensamento crítico, ocorre uma alteração substancial nos estudos da área. Investiu-se contra as análises que enfatizavam a pseudo-apatia feminina, tratando-se de ampliar o conceito de participação a fim de demonstrar que as mulheres não participavam menos do que os homens, mas o faziam de forma diferenciada. Buscava-se conferir um sentido positivo às diferenças nas formas de participação das mulheres, argumentando-se que a participação se dava em esferas que não as tradicionalmente definidas como políticas. Cuidou-se, então, de dar visibilidade às distintas arenas nas quais essa ação política se realizava pela expansão do objeto de estudo e pesquisa.

Com efeito, a partir desse período, deslocou-se o foco da análise, antes centrado na política eleitoral e/ou na esfera institucional, em direção a um universo mais amplo de atividades políticas. As associações comunitárias, as organizações voluntárias, os grupos de protesto, ou seja, uma gama de organizações coletivas genericamente agrupadas como movimentos sociais passam a constituir o *locus* privilegiado de análise e resgate da atuação política das mulheres. A ampliação do universo da “política” como prática

coletiva e a consolidação das abordagens com enfoques centrados nas percepções e nas práticas sociais das mulheres como sujeitos políticos em arenas não-institucionais passaram a ser o objeto privilegiado pelos estudos feministas, conforme indicam diversos trabalhos (Bookman e Morgen, 1988; Brito, 1991; Ackelsberg, 1996).

Do ponto de vista social, esse processo desenvolve-se concomitante a uma alteração mais geral ocorrida nas últimas décadas do século XX, nas práticas coletivas, que alargaram o espectro das atividades agrupadas na categoria de "participação política", e para a qual os movimentos e o pensamento feminista tiveram contribuição relevante. A participação política passa a significar também a horizontalidade das práticas democráticas em todas as dimensões da vida social, assim como a idéia de engajamento em processos coletivos (Bobbio, 1988). E a ação coletiva das mulheres, suas diversas experiências em movimentos e organizações não-institucionais constituíram rica base empírica nesse sentido. O movimento feminista incluiu na sua agenda o lema "*O pessoal é político*", o que ampliou a noção de político em direção a novas esferas coletivas e públicas, não-institucionais, assim como a uma dimensão até então considerada fora da arena política e não questionada pela ciência política, a dimensão da vida privada. Com isso, os então chamados *women's studies* passam a discutir o significado da dicotomia *público/privado* e seus impactos sobre a vida das mulheres, fornecendo duas importantes contribuições: a ampliação do conceito de *participação* e a incorporação de outras dimensões da vida como parte integrante do *político*. Conforme destacou Brito (1991), não se tratava apenas de tentar romper a dicotomia público *versus* privado para pensar o político, mas também de afirmar a condição de sujeitos políticos para as mulheres, dando visibilidade à diversidade de suas formas de participação.

Norris (1996) vai identificar já em meados da década de 1980 o surgimento do que define como uma terceira fase, caracterizada por uma "perspectiva revisionista". Tal perspectiva estaria preocupada em resgatar os estudos sobre envolvimento institucional das mulheres e, ao mesmo tempo, rever as interpretações predominantes. Segundo Norris, essa perspectiva aceita que as mulheres possam ter sido menos envolvidas em atividades políticas de massa durante e até a década de 1950, mas sugere que a extensão do *gap*, assim como as referências usadas para reforçar tais evidências têm sido superestimadas. Os estudos procuraram demonstrar que havia uma redução nas diferenças quantitativas entre a participação política de homens e mulheres, e as razões para isto residiriam nas tendências às mudanças no estilo de vida das mulheres nas áreas da educação, do emprego, da família, entre outras. Assim, se antes, nos estudos sobre comportamento eleitoral e engajamento político institucional, as mulheres eram identificadas como mais conservadoras, as pesquisas recentes tendem a constatar uma postura mais à esquerda do que os homens. O recente trabalho de Inglehart e Norris (2000) sobre comportamento político, envolvendo sociedades pós-industriais, identifica essa tendência. Destaca o que seria uma inversão do sentido do *gender gap*, sugerindo ainda não se tratar de algo circunstancial, mas estrutural, de longa duração, relacionado com o processo de modernização política e econômica por que passaram essas sociedades. Esses autores observam, entretanto, que nas sociedades ditas em desenvolvimento, tende a prevalecer o *gender gap* tradicional no campo institucional.

A ampliação dos estudos sobre participação institucional foi identificada e desdobrada por Tremblay (2000, p. 339) em três diferentes estágios: o primeiro destaca as características sociodemográficas das mulheres políticas em comparação com os homens; em seguida, viriam as análises envolvendo as

atitudes e as opiniões das mulheres em relação a diversas questões, assim como em relação ao seu comportamento político; e por fim, o período mais recente dá ênfase ao exame dos impactos que as mulheres podem gerar sobre a cena política.

De outra parte, esse processo exprimiu também uma revisão crítica acerca do tratamento até então conferido à participação política das mulheres na ciência política (Goot e Reid, 1984; Avelar, 1989; Blachman, *apud* Brito, 1991; Ackelsberg, 1996; Sapiro, [1995] 1998; Bourque e Grossholtz, 1998). Esses e outros autores questionaram a objetividade da ciência política no tratamento de certas questões. Mostraram como muitos estudos eram baseados em estereótipos e preconceitos, tomando como pressuposto a existência de um desinteresse político por parte das mulheres; ou ainda carregados de críticas e preconceitos, assumidos como se fossem análises objetivas. Como exemplo desse “viés” destacam, entre outros aspectos, o da construção de categorias políticas que definem a participação a partir de determinadas “qualidades” masculinas em detrimento às femininas, vistas como incapazes de ser transformadas em capital político. Assim, as características femininas seriam identificadas como apolíticas, ao passo que características políticas seriam sinônimo de comportamento masculino. Destacam ainda que suposições como, por exemplo, a idéia de que as mulheres tenderiam a personalizar a política, ou que se interessariam mais por atributos pessoais do que por conteúdos e propostas, foram, por muito tempo, assumidas como dados. Esses autores mostraram também a subestimação de estudos que tentavam demonstrar alterações positivas no comportamento político das mulheres, tais como aqueles que sugeriam haver poucas diferenças substanciais nas respostas de homens e mulheres sobre política, ou ainda aqueles que contestavam a idéia de que as mulheres seriam conservadoras. Em suma, esses e ou-

tros trabalhos indicam como muitas suposições foram assumidas *a priori* como dados científicos, quando de fato, constituíam categorias enviesadas e preconceituosas. Contudo, importa assinalar que essa tendência não foi monopólio dos estudos sobre mulheres. As tentativas de compreender as relações das mulheres com os espaços políticos foram fortemente influenciadas pelos trabalhos sobre comportamento político na perspectiva indicada acima, cuja matriz estava situada na sociologia americana e no predomínio que exerceu no contexto internacional das ciências sociais há poucas décadas (Ackelsberg, 1996). Os estudos posteriores sobre o comportamento político buscam romper com a perspectiva determinista, incorporando dimensões simbólicas e conferindo certo nível de autonomia aos autores. O “viés de gênero” também tem sido identificado em relação à teoria política moderna, no que tange à construção de concepções que vieram orientar as normas de conduta e ação política na vida pública. Trabalhos como os de Pateman (1993, 1994, 1998), Okin (1991), Phillips (1992, 1995), Riot-Sarcey (1994) Bonacchi e Groppi (1994) entre outros, mostraram como o conceito e as bases da cidadania na moderna teoria democrática foram pautados por uma perspectiva androcêntrica, que estava longe de ser neutra, tanto quanto ao gênero como quanto a outras clivagens sociais. Os valores que se apresentaram inicialmente em nome do universalismo foram, de fato, referenciados num tipo físico – homem branco – e social – proprietário – particular e politicamente dominante, legitimados por tratados e obras da maior parte dos grandes pensadores políticos da modernidade, os quais se preocupavam em justificar e achar um lugar “adequado” às “limitações naturais e inerentes” à mulher.

O segundo desdobramento desse processo de revisão, que embora não abarque apenas a ciência política, a questiona particularmente, voltou-se para a sua dimensão

metodológica – para o leque de objetos de investigação empírica identificados anteriormente. Em consonância com reorientações metodológicas voltadas para dar visibilidade e certo grau de intencionalidade aos atores em suas ações e relações sociais, pode-se dizer que a ampliação dos estudos sobre a participação política de mulheres deu-se em três direções, não necessariamente excludentes: no emprego de abordagens qualitativas, na mudança de orientação em direção às análises centradas nos processos de organização e inclusão política e no maior espaço para a análise dos significados que as mulheres como atores coletivos atribuem a essa participação. Esse deslocamento forneceu novas pistas para se compreender como, nos processos sociais, as trajetórias políticas encontram-se significativamente imbricadas com a condição de gênero. A primazia até então conferida aos métodos quantitativos foi questionada e parcialmente recusada. Observou-se que os estudos sobre comportamento político, por exemplo, baseados predominantemente em procedimentos quantitativos, como os *surveys* em torno de questões como “padrões de voto”, identificação partidária, comparecimento às urnas e medidas comparativas de “interesse”, permaneciam insuficientes para fornecer uma compreensão mais completa da participação política das mulheres. Isto porque tais procedimentos dariam pequena importância aos significados atribuídos pelos atores, nesse caso, pelas mulheres, às suas ações e comportamentos (Ackelsberg, 1996). Além disso, os estudos sobre participação política feminina foram marcados por interpretações “negativistas”, predominando a ênfase sobre sua ausência numérica como expressão da exclusão, sem se considerar, ao mesmo tempo, as trajetórias que conduziram a tal ausência (Avelar, 1989).

Com efeito, tratou-se de priorizar métodos mais qualitativos, incorporando as percepções e as representações sociais dos atores

como variáveis analíticas. Estudos baseados em etnografias, histórias de vida, observação participante ganharam espaço na agenda de pesquisa sobre a própria política, criando mediações que propiciavam um trânsito entre enfoques metodológicos diversos no interior das ciências sociais, tendo em vista captar a diversidade e a complexidade dos processos envolvendo a participação política e social das mulheres. A ênfase conferida às percepções e às experiências das mulheres em suas práticas coletivas permitiu expandir o olhar acerca do papel da cultura, dos valores e das ideologias na construção das posições e das trajetórias políticas dos atores, além de evidenciar a diversidade das formas de engajamento político. Esses estudos, ao realçarem os limites das escolhas individuais das mulheres, terminaram por oferecer pistas importantes para o debate acerca da autonomia do ator e da problemática resumida na *diáde* ação *versus* estrutura. A partir da análise de como as possibilidades e as opções das mulheres tendem a ser limitadas por um conjunto de fatores e relações sociais e familiares, ampliou-se a compreensão sobre os processos mais amplos que influenciam o envolvimento político. Tal envolvimento tenderia, portanto, a não se basear apenas em escolhas pessoais racionais, sendo decorrentes, também, dos processos sociais e institucionais nos quais os indivíduos encontram-se envolvidos (Christy, 1994; Norris, 1993, 1996; Reynolds, 1999; Viegas e Farias, 1999). Relações entre dependência econômica e/ou familiar das mulheres e suas escolhas eleitorais, por exemplo, vieram, assim, fornecer novos elementos para enriquecer o debate sobre as possibilidades e os limites da escolha racional dos atores.² Aqui, cabe destacar particularmente as contribuições de Bourdieu (1993, 1999), com suas reflexões sobre a dimensão simbólica, a construção social das vocações e a relação entre disposições e posições dos atores, aplicadas à análise sobre a reprodução da dominação masculina e, no

campo empírico, sobre a ausência/presença das mulheres em espaços da esfera pública e do campo político.

Novas Tensões e Repetidas Dicotomias

Se o saldo desse processo pode ser visto como positivo em vários aspectos, ele aponta ainda para a permanência de algumas tensões aqui discutidas. Bourque e Grossholtz, ([1984] 1998), por exemplo, já tinham sugerido que o aumento das pesquisas com perspectiva feminista no âmbito das ciências políticas não vinha implicando, necessariamente, em maior integração desses estudos nas fronteiras clássicas da disciplina. Em balanço mais recente, Sapiro ([1995] 1998) volta a constatar esse mesmo cenário, observando que esses estudos tenderam a manter a sua condição marginal em relação aos temas predominantes da disciplina. Situação semelhante também foi identificada recentemente por Heilborn e Sorj (1999) e Gregori (1999) para o caso brasileiro. Pode-se dizer que a constatação de certa resistência à incorporação desse campo no núcleo duro da disciplina é praticamente um consenso. Contudo, quando se trata de identificar as razões para isto, essa resistência não é pensada apenas sob a ótica da tradição dos estudos políticos. Em outras palavras, algumas análises apontam, também, para uma resistência dos chamados “estudos de gênero”, em incorporar temas inscritos no interior dessas fronteiras clássicas das ciências sociais (Sapiro, [1995] 1998; Oakley *apud* Ross, 2000; Sawyer, 2000; Waylen, 2000).

Como algumas dessas reflexões têm característica de balanço crítico, vale a pena resgatar, de forma sucinta, suas principais observações. No plano mais teórico, as análises apontam para certa diluição no entendimento sobre o que constituiria o objeto da análise política, bem como para o abandono da dimensão institucional; no âmbito meto-

dológico chamam atenção para o fato de que a (necessária) absorção de instrumentais de outras disciplinas foi acompanhada de um posicionamento refratário ao uso de métodos clássicos como os métodos quantitativos, por exemplo. Desse modo, a crítica ao predomínio de análises sobre instituições e a métodos quantitativos, que objetivou romper com o estreitamento analítico que privilegiava estruturas e subestimava agentes e contextos, parece ter gerado, em contrapartida, o abandono de temas e dimensões analíticas que constituiriam objetos clássicos da sociologia e da ciência política. A escassez de pesquisas sobre “gênero e participação política”, relacionadas com sistema político e instituições governamentais, seria uma expressão dessa diluição (Sapiro, 1998; Waylen, 2000). Sapiro sugere que as feministas acadêmicas tenderam a considerar pouco relevante o tratamento de questões relacionadas com arranjos institucionais e materiais, tais como os “partidos” ou “governo”, dimensões que efetivamente compõem a vida política contemporânea, aí incluindo a vida das mulheres. Em consequência, resistiram a participar do debate teórico mais geral sobre política e se voltaram muito pouco para questões envolvendo a natureza do poder, da autoridade e da ação humana e, no campo metodológico, para análises em perspectiva comparada. Embora faça questão de ressaltar as contribuições dos “estudos feministas” às ciências sociais, que possibilitaram maior interdisciplinaridade e o efetivo “desenvolvimento de uma vitalidade crítica” sobre os métodos, Sapiro lembra que as disciplinas são definidas por certos objetos, normas e procedimentos que lhes conferem algum nível de especificidade ou, do contrário, sugerem, não existiriam como tal. Quanto a isto, a autora registra como problemáticas certas “importações analíticas” de teorias e métodos, válidos, segundo ela, para áreas das humanidades, mas nem sempre apropriadas para algumas áreas das ciências sociais, particularmente, para a ciência política. Nesse

sentido, ela destaca que o debate sobre os lugares e os deslocamentos entre dimensões materiais e dimensões subjetivas, por exemplo, necessitaria considerar as distinções necessárias de serem feitas entre as características da área das humanidades – definidas como “texto-centradas” e onde a linguagem tem lugar destacado – e as características das ciências sociais, já que estas podem comportar análises *de* e *sobre* textos escritos, mas também sobre objetos/temas nos quais os textos entram como recursos auxiliares. Seria o caso, por exemplo, de análises que envolvem “públicos”, sejam cidadãos, sejam “fazedores de políticas”, onde os textos constituiriam apenas um meio para “viabilizar conversações sobre como resolver problemas que têm que ser entendidos em sua dimensão material [...] tais como pobreza, guerra recessão, educação” (Sapiro, 1998, p. 79).

Ainda em relação aos métodos, tem sido destacado o lugar residual conferido aos métodos quantitativos. Ao mesmo tempo em que tais métodos foram transformados em objeto de desconfiança como recursos válidos para essas análises, as abordagens qualitativas tornaram-se quase um imperativo, conforme sugerem Sapiro (1998) e Oakley (*apud* Ross, 2000). Neste caso, os estudos de gênero parecem ter ficado prisioneiros da mesma armadilha dicotômica que criticaram anteriormente. A observação de Oakley em relação aos métodos de pesquisa nos estudos feministas é ilustrativa dessa tensão:

Algumas pessoas na área de saúde pública vem se empenhando na construção de laços coletivos de resistência a testes [de controle aleatório]. Algo semelhante ocorreu com certas cientistas sociais feministas que costumavam dizer que só se deveria usar métodos qualitativos. Quem não os utilizasse, não seria uma autêntica cientista social feminista. Se você por ventura se apoiasse em números, tinha de se desculpar por isso (Ann Oakley, *apud* Ross 2000, p. 320).

Com efeito, a resistência aos métodos quantitativos, que facilitavam a realização de pesquisas mais abrangentes e longitudinais, parece ter reforçado a tendência a certo abandono de análises comparativas e macropolíticas sobre gênero e poder político. Isto pôde ser identificado, sobretudo, em torno de temas como “governo”, “representação política” e associativismo, que constituem uma agenda de pesquisa estratégica para se compreender as vias institucionais por onde se reproduzem as assimetrias de poder nas relações de gênero.

Novos Cenários e o Retorno ao Plano Institucional

O cenário sociopolítico que começou a se delinear a partir de meados da década de 1980 e culminou com a derrocada da União Soviética no início da década de 1990 parece ter influenciado decisivamente na reorientação da agenda política. As alterações que ocorreram no contexto político e ideológico internacional conduziram a uma redefinição de prioridades conferidas aos diversos espaços políticos e propiciaram um outro olhar sobre a democracia representativa e suas instituições. As instituições políticas tradicionais – parlamentos e partidos – retomam um lugar destacado como *locus* da ação política. O feminismo como movimento social tende a redefinir sua orientação, até então centrada nas formas autônomas de participação. Neste caso, assim como no de outros grupos *outsiders*, essa “reacomodação” faz-se acompanhada de críticas ao caráter conservador de tais instituições, de demandas por novas práticas e por sua democratização, de forma a possibilitar a inclusão e o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos existentes. A referência política no conceito de *empowerment*,³ que enfatiza a necessidade de as mulheres influírem no âmbito dos processos decisórios, conduz, também, a uma reavaliação

acerca da importância dos centros decisórios de poder institucional. Na Europa, particularmente, os partidos políticos adquirem nova importância para o feminismo, com as mulheres procurando tornar-se ativas integrantes dessas organizações (Lovenduski, 1993, p. 1). Na América Latina, esse período coincide com as lutas por redemocratização e atuação do movimento feminista, principalmente junto aos partidos de esquerda, orientadas, sobretudo, por esse contexto.

A esse deslocamento, corresponde, também, uma flexão nos programas de estudos de gênero, com o tema do poder voltando a ser abordado em sua vertente mais institucional. Contudo, como foi discutido anteriormente,⁴ trata-se de outro enfoque, sob outra ótica que não a predominante até a década de 1960. A ampliação do universo da “política” como prática coletiva, e a consolidação das abordagens com enfoques centrados nas percepções e práticas sociais das mulheres como sujeitos políticos em arenas não-institucionais apontaram, também, para outra leitura sobre a própria esfera política institucional. As diferenças entre os índices de participação de homens e mulheres nas arenas de representação política puderam ser percebidas sob um outro ângulo. Como foi visto, até então, predominava uma leitura simplificada sobre essa participação. Quando estes estudos apresentavam as disparidades existentes entre homens e mulheres na rubrica “participação”, por exemplo, eram entendidos como expressão da apatia feminina ou de sua exterioridade em relação à política. Esses mesmos indicadores passam a ser compreendidos sob um outro ângulo, qual seja, o da expressão da exclusão política das mulheres e da permanência de dimensões estruturais e simbólicas que mantêm as desigualdades de gênero. Em outros termos, o *gap* passa a ser tratado como problema da democracia e resultante de condições socioculturais e econômicas. Assim, preservada a noção mais abrangente

de participação política, há uma crescente preocupação com o cenário da participação institucional das mulheres nas esferas decisórias, tendo em vista o significado que essa participação volta a adquirir.

O exame da literatura mais recente indica que a década de 1990 foi marcada por uma preocupação dos estudos enquadrados na rubrica “mulher e poder” em resgatar temáticas clássicas da sociologia política e da ciência política. Indica também que na segunda metade da década o retorno a temas vinculados à política institucional foi mais acentuado, e marcado por novos esforços analíticos, teóricos e metodológicos, envolvendo uma perspectiva mais interdisciplinar. Esse retorno, por sua vez, parece estar orientado por um eixo articulador centrado no debate sobre gênero e representação política, conforme pode ser observado em vários trabalhos (Varikas, 1996; Bachhi, 1996; Rule, 1997; Bryson, 1999; Viegas e Farias, 1999, 2001; Waylen, 2000), sobretudo entre aqueles com característica de coletânea ou de balanço sobre o que tem sido produzido na área em período mais recente (Norris e Lovenduski, 1993, 1996; Riot-Sarcey, 1995; Bachhi, 1996; Phillips, 1998; Tremblay, 2000; Vargas, 2000; IPU, 1997, 2000; Women's Rights, 1997; Skjeie, 2000). O contexto político que tem estimulado esses estudos é marcado pela generalização das políticas de ação afirmativa e de cotas – forma privilegiada de estratégia política feminista com vistas à ampliação do acesso às arenas decisórias. Este tema passa a se constituir em um dos objetos privilegiados de investigação e análise na literatura internacional (Appleton e Mazur, 1993; Darcy *et al.*, 1994; Bachhi, 1996; Bonder e Nari, 1995; Butler e Kavanagh, 1997; D'Albora e Levine, 1996; Fraser, 1995; Phillips, 1995, 1998; Rule, 1997; Varikas, 1996; Haug, 1995; Hutn, 2001; Hutn e Jones, 2002; Jones, 1998; Mateus, 1999; Lovenduski, 1993; Polanco, 1999; Squires, 1996; IPU, 1997, 2000; Short, 1996; Way-

len, 2000; Viegas e Farias, 1999, 2001; Inhetveen, 1999; Vargas, 2000; Skjeic e Silm, 2000; Sawyer, 2000).

Grosso modo, partindo da problemática da representação, é possível agrupar essa produção em dois principais blocos, embora eles não necessariamente se apresentem separados nos trabalhos analisados. O primeiro concentra trabalhos de cunho mais teóricos voltados para discutir os temas da cidadania, do “reconhecimento” e da natureza da representação política. O segundo, de características mais empíricas, assinala um retorno a temas institucionais clássicos, como partidos, eleições, governo, entre outros. Embora o foco central deste artigo esteja voltado para o exame do segundo bloco, é importante registrar, ainda que de forma resumida, algumas contribuições relevantes da produção feminista no campo da teoria política. Tal produção caracteriza-se por sua natureza crítica, por tentar desconstruir e dialogar com os principais cânones da teoria política e, ao mesmo tempo, pelo esforço em analisar, em termos substantivos e não apenas descritivos, o problema da representação. Destaca-se particularmente a contribuição para uma análise crítica da cidadania, em suas dimensões política e social (Vargas, 2000; Tremblay, 2000). Nessa perspectiva, o problema do acesso à representação passa, necessariamente, por uma crítica ao modelo vigente de democracia representativa, não se resumindo, portanto, a um problema de estratégia, recursos ou comportamento social.

São ilustrativos dessas abordagens em relação à construção da cidadania, trabalhos como os de Pateman (1993, 1998), que procuram discutir a constituição da moderna teoria democrática liberal, submetendo a uma instigante crítica a idéia de contrato como liberdade. Em sentido contrário, essa autora enfoca o contrato social em seu aspecto patriarcal, no qual a sujeição das mulheres surge como elemento relevante para a constituição da própria ordem moderna.

Ainda em torno do mesmo tema, Okin (1995) é uma outra referência importante quando se trata de analisar as aporias dessa construção. A autora, numa perspectiva feminista mais próxima ao liberalismo, vai também contribuir para mostrar como a construção da esfera pública e a dicotomia público *versus* privado implicou a negação da cidadania às mulheres.⁵

Já o debate mais contemporâneo sobre a natureza da representação política e o problema do “reconhecimento” e das identidades coletivas, tema que vem sendo muito privilegiado nos últimos anos, vai se apoiar em contribuições relevantes de estudiosas feministas, algumas das quais merecem destaque particular. Os trabalhos de Iris Young (1990, 1998, 2000) identificam, na natureza da democracia representativa vigente, o ponto de limitação que possibilita a constituição das identidades e a organização dos grupos formados a partir de sua condição de inclusão/exclusão social, entre eles o das mulheres. Sua proposta mantém-se no campo da chamada democracia representativa, mas remete à constituição de um outro modelo de representação, centrado no reconhecimento simbólico e na obrigatória inclusão dos grupos excluídos, numa forma de multiculturalismo que, porém, guarda certas particularidades em relação a concepções como as de Kymlicka (1995), por exemplo, mais comprometidas com uma perspectiva liberal. Anne Phillips (1992, 1995, 1998), tem sido outra autora em cujos trabalhos se pode identificar uma preocupação com as características e o sentido da ação política contemporânea e sua relação com a representação, procurando inserir as novas estratégias feministas por inclusão, como ações afirmativas e cotas nesse debate. Identificando as limitações da democracia representativa em responder e incluir demandas e atores constituídos a partir do amplo leque de identidades coletivas contemporâneas, Phillips defende a tese de que há um deslocamento

no eixo que orientava o sentido da representação, antes centrado no que denomina de “política de idéias”, nas quais os sujeitos que corporificam a representação não importam tanto quanto as idéias que eles irão representar, em direção ao que denomina de “política de presença” na qual a presença física dos sujeitos passa a ser vista como decisiva para a defesa dos interesses identitários. a autora imputa esse deslocamento aos limites de uma representação centrada unicamente nas idéias, mas identifica uma tensão e um risco “essencialista” no deslocamento do sentido desta política. O desafio consistiria, então, em evitar novas dicotomias e preservar um equilíbrio entre “idéias” e “presença”. O crescimento das políticas de cotas, segundo Phillips, teria de ser compreendido a partir dessa perspectiva. Há que se registrar ainda os trabalhos de Fraser (1995, 1997), centrados na análise da constituição dos atores coletivos e nos deslocamentos de temas clássicos da agenda política desses atores, relacionados com a dimensão material e a “redistribuição”, em direção a demandas culturais, por “reconhecimento”; e também no debate sobre as potencialidades e as tensões geradas pelo multiculturalismo como base para a organização política contemporânea. Também neste caso há um deslocamento com destaque para as referências identitárias culturais, no qual as políticas de ação afirmativa serão inseridas. No debate em torno do entendimento do conceito de representação e das formas e modelos de democracia, o conceito de *paridade* entre os sexos emerge como forma de pensar o princípio da representação, e não apenas o seu equilíbrio quantitativo. A discussão remete, sobretudo, ao caso francês (Varikas, 1996),⁶ em razão da proposta e posterior aprovação, pela Assembléia Nacional da França, deste conceito como um princípio constitucional de representação. Mas esse parece ser um tema bastante incorporado na literatura que discute a representação a partir da perspectiva de gênero, como ob-

jeto de reflexão e debate (Phillips, 1998; Scott, 2001, Squires, 1996; Badinter, 1999;), ou mesmo como novo paradigma de representação (Women’s Rights, 1997; Suplicy, 1996).

Duas características merecem ser destacadas na produção sucintamente exposta a cima. Uma consiste no diálogo interdisciplinar que se estabelece entre áreas como a filosofia, a sociologia e a ciência política; e a outra diz respeito à inclusão da perspectiva e das contribuições feministas como referência importante no âmbito da teoria social. Nesses trabalhos, as mulheres, as relações de gênero e seus impactos sobre a organização social estão presentes todo o tempo, não como objeto específico, mas como parte constitutiva das relações e dos conflitos coletivos contemporâneos, os quais, em muitos momentos, emergem como casos emblemáticos para pensar/exemplificar aporias e desafios postos à teoria social.

Este breve registro tratou de exemplificar as novas contribuições analíticas que emergem no âmbito teórico sobre o sentido e a natureza da política na sociedade contemporânea. O tópico seguinte tratará da análise de processos e instituições sociais, abordando trajetórias sociais, participação política e inserção em esferas institucionais da política, a partir de alguns trabalhos específicos que podem ser considerados emblemáticos desse esforço intelectual de contemplar múltiplas dimensões analíticas.

O Gênero na Participação Política Institucional: Novos Enfoques Metodológicos

A literatura da última década sobre participação política vem apontando para a tendência crescente de estudos interdisciplinares como forma de responder às dimensões envolvidas em processos sociais, inclusive processos políticos, dada a diversidade de

identidades e estruturas nas quais os sujeitos sociais podem estar envolvidos. A partir de perspectivas distintas, há em comum a essas abordagens a tentativa de articular dimensões subjetivas, coletivas e individuais, com outras "estruturais" e/ou institucionais. Com efeito, busca-se contemplar a multicausalidade envolvida na compreensão de como o gênero recorta os processos políticos concretos, media e é mediado por outras variáveis políticas. E se isto implica incorporar dimensões simbólicas e trajetórias individuais, tais enfoques preservam, ao mesmo tempo, o papel dos arranjos institucionais na construção dos espaços políticos de homens e mulheres. Essas abordagens concebem a formação de padrões organizacionais e disposições simbólicas passíveis de institucionalização e comparação, sem desprezar, no entanto, as contingências contextuais. São trabalhos emblemáticos desse esforço, no sentido de enfrentar o desafio de integrar, simultaneamente, as características mais estruturantes dos sistemas políticos e institucionais e os contextos políticos e culturais, às particularidades que marcam os processos sociais e as relações concretas nas quais os atores estão envolvidos e em torno das quais constroem sua subjetividade (Chapman, 1993). Conforme foi observado em trabalho anterior (Araújo, 1999),

[...] tal articulação permite visualizar a representação política não como um processo à parte, mas como expressão de algo mais amplo que não se esgota nos limites das instituições nas quais ela se exerce. As características das relações sociais de gênero, os estereótipos que justificam os lugares ocupados pelas mulheres nos espaços públicos e privados, suas atribuições familiares, têm impactos sobre os resultados da representação política e constituem variáveis importantes a serem observadas. Adotando-se um enfoque metodológico centrado nas percepções do ator e em suas práticas, é possível desvendar e entender as

bases subjetivas que reproduzem os valores e atributos sociais que configuram as assimetrias e desigualdades de gênero. Entretanto, isto não parece ser suficiente. Sem uma análise mais abrangente, não é possível perceber como a junção entre estas práticas, as características históricas e certos contornos institucionais tendem a produzir padrões mais ou menos favoráveis às mulheres, neste caso, no campo da política.

Em suma, o que se pode observar é a tentativa de unir aspectos mais gerais, uma perspectiva macro de análise, envolvendo sistema institucional e traços culturais, com aspectos contextuais, incluindo, também, a análise das práticas e das percepções dos atores envolvidos nos processos concretos. Nessa perspectiva, há também a ampliação dos estudos em perspectiva comparada, visando a identificar quais os aspectos comuns que podem ser considerados padrões e quais as distinções que os contextos produzem nesses processos.

Alguns Exemplos de Enfoques Metodológicos Multidimensionais

Os três trabalhos destacados para servir de referência à análise deste item partem de alguns pontos em comum.⁷ O primeiro é a disposição de incorporar uma perspectiva explicativa e não apenas descritiva para o problema. O segundo enfatiza que as análises sobre gênero e participação política necessitam integrar aspectos macros, relacionados às instituições políticas e à dimensão cultural, assim como as percepções e trajetórias sociais dos sujeitos envolvidos nos processos examinados. O terceiro, decorrente dos anteriores, diz respeito ao fato de que um dos objetivos centrais desses trabalhos é a formulação de novos quadros de referência analítica, aplicando-os a estudos empíricos comparativos (Chapman, 1993; Norris, 1993) ou a análises sobre pro-

cessos específicos (Viegas e Faria, 1999). Importa assinalar também que, embora esses trabalhos procurem pensar a inserção política institucional como algo que envolve distintas dimensões e momentos, isto é feito tendo em vista discutir o acesso à representação política.

Contextos históricos, padrões sociais e percepções dos atores

No trabalho *Politics, Feminism and the Reformation of Gender*, Chapman (1993) Chapman propõe-se a analisar o ingresso na política institucional, o que define como recrutamento político, considerando-o o processo que envolve mobilização, seleção e acesso à elite política. O objetivo da autora é compreender como os critérios de gênero interferem nesse processo e definem os diferentes espaços para homens e mulheres. A assimetria de gênero no recrutamento político constituiria em um padrão geral, variando em extensão, mas mantendo aspectos recorrentes que conferem propriedades comuns aos sistemas políticos. Esse padrão, por sua vez, é marcado por duas características básicas. A primeira concerne a atores envolvidos em algum tipo de disputa. Neste caso, Chapman sugere que nas disputas políticas por cargos eletivos, comparando-se com o pequeno número de mulheres, há um número muito maior de homens disputando tais cargos. A segunda diz respeito à hierarquia dos cargos. Quanto mais alta ela for, menor a proporção de mulheres presentes. Chapman faz questão de salientar que, embora essas situações ainda prevaleçam, as mulheres estão tentando modificá-la; no entanto, afirma a autora, pela natureza do sistema político, definido como caracteristicamente masculino, o que quer que esteja associado ao sucesso no mundo da política, as mulheres estarão em situação de desvantagem (*idem*, p. 12).

O recrutamento político é, então, analisado num cenário em que as relações de gê-

nero, assimétricas e marcadas pela dominação masculina, emergem como portadoras de um *background* comum, identificado a partir de certos padrões que, características quase universais, são mediados por contextos específicos. Tais padrões são diversificados de acordo com contextos histórico e cultural e com as clivagens sociais, produzindo contornos específicos no que diz respeito à presença da mulher na política institucional. Ao mesmo tempo, a autora destaca que, sob determinadas características políticas e institucionais, seja possível observar elementos recorrentes ou tipos de variação que foge às referências contextuais e culturais de determinados espaços políticos.

Chapman faz certas restrições aos estudos preocupados em romper com o pressuposto da apatia política das mulheres, pois considera que as explicações predominantes têm sido conduzidas por três vertentes segmentadas, as quais, isoladamente, não conseguem dar conta dessa complexa problemática. A primeira vertente centra-se no “sistema eleitoral”, tentando mostrar a relação direta entre sistema de representação proporcional e maior participação das mulheres nas instâncias políticas de representação. Segundo Chapman, embora constitua parte essencial do processo, essa abordagem, isoladamente, não esgota o problema de explicar as assimetrias e as variações existentes. A segunda diz respeito à “participação política”. Neste caso, procura-se explicar a participação pelo *status* socioeconômico, onde a educação é considerada uma variável dependente. Segundo a autora, diversos estudos indicam os limites desse tipo de análise, pois a existência de instituições redistributivas podem também aumentar o *gender gap*, e, em muitos casos, quanto mais institucionalizadas e complexas forem essas instituições, maior será o descompasso entre a participação das mulheres e dos homens. Por fim, a terceira interpretação focaliza o “nível de compromisso do partido político com o feminismo”. Chap-

man conclui que, embora os partidos assumam compromissos e que o movimento social de mulheres pressione nesse sentido, isto não tem alterado substancialmente o quadro geral da representação (*idem*, p. 10).⁸

Chapman, em contrapartida, apresenta uma nova matriz analítica que abrange as disciplinas de história, antropologia e ciência política, cujo pressuposto é: se, de um lado, há uma variação no grau em que as sociedades reconhecem as diferenças de gênero, de outro, algumas características são praticamente universais, ou seja, estão presentes em quase todas as sociedades ao longo do tempo e do espaço – as mulheres são prioritariamente responsáveis pelo cuidado da casa e das crianças; e os homens estão vinculados a um conjunto de valores sociais dominantes, prioritariamente masculinos.

O desafio reside, então, na capacidade de compreensão do sistema em que as mulheres estão tentando penetrar – qual a base socioeconômica predominante no recrutamento político e como isto as afeta em termos subjetivos e socioeconômicos (*idem*, p. 25). Entender o processo requer a adoção de uma abordagem que permita identificar as características gerais das relações de gênero, quais suas implicações políticas mais amplas, e como isto se relaciona com as implicações universais dos grupos sociais sem *status* político. Nesse sentido, a autora ressalta também a importância de analisar as trajetórias políticas, as percepções pessoais e os processos institucionais nos quais os atores estão envolvidos, o que permitiria identificar os vínculos entre as experiências dos indivíduos e as características dos grupos aos quais pertencem (*idem*, p. 94).

Enfocando especificamente os processos que envolvem disputas eleitorais por representação, Chapman desenvolve o conceito de *collective resources*, o qual ajuda a analisar não só os fatores que motivam ou inibem a decisão dos atores para disputar um cargo representativo, mas também como os

recursos coletivos e/ou individuais podem ter impactos diferenciados sobre as candidaturas em geral, e, sobretudo, como o gênero incide sobre as possibilidades ou a formação desses recursos.

No período contemporâneo, tais recursos tenderiam a ser decisivos para o acesso à elite. Importa assinalar que a definição de “recursos coletivos” não se restringe à dimensão financeira – sua origem advém das novas formas de organização e poder coletivo, como, por exemplo, os grupos de pressão, as instituições classistas e os próprios partidos políticos, que apresentam uma maior centralidade na organização política contemporânea. *Status* e *recursos* seriam, portanto, conceitos-chave para entender a relação das mulheres com os processos políticos institucionais. Como elas constituíram o último grupo social a conseguir o direito ao voto, só ingressaram na arena política quando os contornos institucionais e normativos desse processo já se encontravam definidos pelos atores masculinos e não dispunham dos mesmos recursos socioeconômicos. A autora, portanto, destaca que a análise acerca do *status* socioeconômico e da capacidade de dispor de recursos passa a ser decisiva em qualquer abordagem que pretenda entender essa situação. Aqui, como se observa, além da preocupação em articular dimensões subjetivas e dimensões estruturais, encontra-se presente o aspecto da inclusão das condições econômicas na categoria dos recursos coletivos, ao mesmo tempo em que a noção de recursos é ampliada para incluir outros aspectos.

Trajetórias políticas, dimensões simbólicas e institucionais da vida social

O artigo de Viegas e Farias (1999), intitulado “Participação Política Feminina”, propõe-se a focar o acesso aos espaços decisórios da política a partir de seus condicio-

nantes anteriores, simbólicos e culturais, procurando compreender quais os “percursos, constrangimentos e incentivos” (p. 55) que ocorrem na trajetória social das mulheres, interferem na sua participação política e, posteriormente, condicionam o seu ingresso nas instâncias decisórias. Embora esteja circunscrito à realidade portuguesa, esse trabalho apóia-se em uma abordagem teórica mais geral que permite extrapolações para além desse contexto. A partir de certas categorias tomadas de Bourdieu, tais como *habitus*, *campo* e *construção social de competências*, assim como de sua análise sobre a dimensão simbólica da vida social, os autores propõem-se a elaborar um “modelo” interpretativo capaz de identificar os condicionantes sociopolíticos e suas interconexões na relação das mulheres com a esfera política.

Conforme salientam, os processos “socioculturais de aquisição de saberes e experiências, assimiláveis a competências políticas, [...] são decisivos no acesso dos agentes aos lugares e posições do campo estritamente político, bem como nas possibilidades de atuação” (*idem*, p. 56). Segundo os autores, embora decisivos para as mulheres, esses percursos necessitam, também, ser considerados simultaneamente a outros fatores institucionais, tais como sistemas políticos de representação, características da democracia representativa, entre outros, os quais terminam influenciando, também, as disposições para a participação coletiva e para a inserção institucional. Assim, o “político” como dimensão simbólico-política, relaciona-se com o domínio sobre idéias, concepções e informações políticas. Sua aquisição requer certas competências básicas, que são fornecidas, inicialmente, pela escola como instituição pública, área na qual a mulher já se encontra bastante presente. Tais competências são enriquecidas, posteriormente, pelas vivências profissionais em outras áreas, aonde também as mulheres vêm ocupando um espaço razoável, embora ainda bem menor, quando comparado à educação. Contudo,

são certas competências específicas – construídas e/ou adquiridas com base em experiência de participação em associações de caráter público, através dos meios de comunicação e, sobretudo, através da participação em partidos ou em outras instituições políticas – que irão propiciar um conjunto de “competências” apropriadas para sua inserção no campo político.

Em outros termos, na constituição do que Bourdieu define como *habitus político*, torna-se imprescindível o *capital cultural* necessário para a familiaridade com o campo, o qual advém, principalmente, dos lugares nos quais a presença das mulheres costuma ser menor. Compreender esta ausência significa não descartar o quanto influi no processo a menor disponibilidade de tempo por parte das mulheres, devido à permanência das atribuições familiares. Além disso, há a dimensão simbólica, configurada “pela dominância de representações sociais sobre o mundo masculino e feminino, inscritas nas consciências e disposições dos homens, e também, das mulheres, que as tendem a afastar de certas áreas ou posições sociais” (p. 57). Tais representações constroem “características” relacionadas aos comportamentos masculino e feminino, identificadas como mais (masculinas) ou menos (femininas) apropriadas para o exercício político. Os autores destacam ainda a importância de se considerar o *capital social*, definido como “recursos de liderança ou de representação de grupos ou organizações sociais” (p. 60), os quais, potencialmente, podem ser canalizados para a aquisição de apoio político. Tal capital, segundo os autores, é adquirido a partir da inserção dos agentes em posições de lideranças, nas associações e nas organizações da sociedade civil assim como nos partidos políticos. Essa inserção, por sua vez, não depende apenas da intenção dos atores, já que há condicionantes anteriores que interferem na própria formação dessas disposições.

De acordo com os autores, em muitos desses lugares as mulheres estiveram ausen-

tes por um longo tempo, por imposições legais e, posteriormente, em decorrência de suas condições de inserção. A organização sindical, por exemplo, é condicionada pela presença no mercado de trabalho e esta, por sua vez, define como são ocupados esses espaços; a inserção em associações de classe é condicionada pela formação profissional. Embora alterações nesse campo tenham implicado em uma maior inserção associativa feminina, o fato é que tais alterações não apagam os efeitos da “dominação simbólica” de forma imediata. Do mesmo modo, a permanência de suas atribuições familiares implica em uma menor disponibilidade de tempo para a “disposição associativa”. Ou seja, não se pode discutir índices de participação desconhecendo a permanência dessas práticas. Por fim, a análise tenta estabelecer uma relação entre esse processo e as condições socioeconômicas mais gerais, particularmente as características sociais das políticas públicas. Essas condições articulam-se, então, com as características do sistema político para possibilitar maior ou menor chance de ingresso das mulheres. São, pois, os significados simbólicos e as práticas institucionalizadas que vão conformar as disposições e construir as “competências” que facilitam ou dificultam o ingresso dos atores em geral. Em síntese, a articulação dos efeitos desses campos permite a construção de um modelo analítico que destaca as trajetórias sociais, com níveis de inserção e de dificuldades de acesso à esfera política, incluídas as associações cívico-políticas e os partidos políticos, os quais, por sua vez, conduzem ao ingresso nos órgãos de representação e de decisão política.

Conquanto o apoio na concepção de “dominação masculina” de Bourdieu traga alguns problemas para a análise em razão da característica pouco relacional e pouco reflexiva que esse conceito encerra, o que se pretendeu destacar aqui foram: a articulação entre dimen-

sões subjetivas individuais, experiências coletivas e dinâmicas organizacionais ou institucionais que se dá, sucessiva ou simultaneamente, na relação das mulheres com o campo político; e a ligação constante entre participação coletiva ou associativa e participação/representação em espaços institucionais, formando um campo político ao mesmo tempo diversificado e integrado.

Um modelo de síntese, as várias dimensões envolvidas no acesso à elite política

Como terceira referência encontra-se o artigo de Norris (1993), que também discute o acesso à representação. A partir de análises comparadas acerca da situação e dos fatores envolvidos no acesso das mulheres à representação política em diversos países, Norris desenvolve uma proposta de modelo para a análise da participação feminina nos processos eleitorais que envolvem representação parlamentar. Nesse modelo, três níveis analíticos são apresentados de forma integrada. Conforme a autora, trata-se de um modelo que “[...] procura estruturar o nosso entendimento sobre o processo, identificar fatores que influenciam o recrutamento nos diferentes sistemas e, assim, estimular caminhos para outras pesquisas” (p. 311). Os três níveis englobam a dimensão mais ampla do sistema político, a dinâmica partidária interna e o nível específico dos fatores que influenciam as decisões particulares dos atores, no caso, das mulheres, para concorrerem a um determinado cargo.

O primeiro nível refere-se aos elementos que formam a estrutura mais geral do sistema político de qualquer país – *sistema eleitoral, cultura política, sistema partidário e tipo de competição legislativa*. O segundo, envolve os fatores que consubstanciaram o *contexto no interior de qualquer partido político* – em particular, *ideologia e organização partidária*. Por fim, os fatores que influenciam mais direta-

mente a definição individual dos candidatos no processo de seleção – em especial, *recursos*, *motivações* dos candidatos e *atitudes dos “selecionadores”*, permeados pelas regras particulares de cada partido em relação às candidaturas (*idem*, p. 311). Para uma melhor compreensão da proposta de Norris, que configura um modelo mais estruturado, vale explicitar o significado de cada um dos conceitos que compõem os diferentes níveis analíticos.

O nível mais abrangente, isto é, o *sistema político* como um todo, é importante porque permite estabelecer comparações entre países e entre sistemas distintos, no sentido de entender como suas variáveis influenciam na representação política das mulheres. É nessa esfera que são fixadas as “regras do jogo” político e na qual se encontram as quatro dimensões indicadas pela autora.

A *cultura política* é definida como “[...] os valores e atitudes dominantes em relação ao papel da mulher na sociedade e na vida política” (*idem*, p. 312). A autora sugere que aonde ainda prevalece uma atitude mais tradicional em relação às mulheres, elas mesmas hesitariam em ingressar na carreira política, os selecionadores tenderiam a resistir em indicá-las como candidatas e os partidos se oporiam às políticas efetivas de igualdade de gênero, ao passo que nas culturas mais igualitárias, os objetivos relacionados com a igualdade de gênero tenderiam a ser compartilhados por quase todos os partidos do espectro político.⁹

O *sistema eleitoral* é o segundo componente desse nível, um aspecto considerado importante, pois permite entender em que medida a adoção de um ou de outro sistema afeta o acesso das mulheres à representação. Os sistemas eleitorais variam de país para país, mas essa variação é limitada – há sistemas mais adotados por um grande número de países. Três fatores parecem afetar a representação das mulheres, por ordem de prioridade: o tipo de lista eleitoral, a magnitude do distrito e o grau de proporcionalidade. Norris afirma contudo que, embora a com-

paração dos sistemas eleitorais indique certos padrões e tipos de sistemas em que as estratégias feministas têm mais eficácia, trabalhar essa variável isolada de seu contexto cultural e político implica em uma simplificação da análise.

A terceira variável refere-se à *competição legislativa*, isto é, o número de concorrentes a candidatos e o de candidatas. Para Norris, a análise sobre as condições das mulheres para competir em cenários onde um conjunto de fatores interfere e constrange essa competição remete ao problema de como os segmentos que estão incluídos na categoria dos *out-groups* conseguem alterar os padrões de acesso ou criar mecanismos de ingresso nas esferas de representação. Aqui são incluídas estratégias individuais e coletivas de intervenção no processo. Entretanto, de acordo com Norris, embora se possa sugerir que a competição legislativa desempenhe um papel importante na compreensão do recrutamento e, por isso, se possa integrá-la a um plano mais abrangente de análise, não há evidências consistentes a esse respeito.

A quarta e última variável desse nível sistêmico de análise é a *dimensão institucional do sistema partidário*. Nas democracias representativas, é através dos partidos que se viabilizam as candidaturas e a representação política. A autora chama atenção, contudo, ao fato de que privilegiar os partidos como sistema institucional não implica considerá-los estruturas rígidas e necessariamente balizadas apenas por regras formais. Para ela, os partidos políticos “estão em constante fluxo, mas o sistema partidário inclui fatores relativamente permanentes que se repetem ao longo de seguidas eleições” (*idem*, p. 317). Nesse sentido, para se compreender o papel do partido político na competição partidária, há que se considerar sua força dentro do espaço de representação; sua posição no interior do espectro ideológico, e a emergência e o crescimento de novos partidos de acordo com suas características ideológicas.

O segundo nível de análise proposto é o do *contexto partidário* específico, isto é, suas *características e práticas organizacionais* – formais e informais – e a *ideologia partidária*. Nesse caso, sugere a autora, convém sair dos limites dos fatores mais sistêmicos para tentar entender como as práticas, as regras partidárias e a ideologia de cada partido afetam as mulheres particularmente. No que tange ao aspecto ideológico, trata-se de entender *se e como* as demandas das mulheres são incorporadas pelos partidos políticos, objetivando explicar a razão de determinados partidos favorecerem ou aceitarem certas estratégias propostas pelas mulheres, ao contrário de outros. Norris apóia-se em estudos comparativos entre partidos de diferentes países para sugerir, por exemplo, a existência de uma clivagem ideológica entre direita e esquerda, o que definiria tipos e graus diferenciados de compromissos políticos com as demandas das mulheres, como, por exemplo, a adoção ou não de políticas de ação afirmativas e de discriminação positiva (*idem*, p. 320).

Além da ideologia, no contexto partidário, há que se observar a organização partidária. Os dois aspectos, combinados, podem favorecer em maior ou menor grau a participação e a influência que as mulheres possam vir a ter sobre a definição do universo de concorrentes, incluindo aqueles que são preferencialmente elegíveis pelos partidos. Norris lembra que a comparação sobre os tipos de processos em diferentes países e partidos oferece indícios de que a natureza da organização partidária, suas práticas e formas de decisão política também constituem importantes componentes para pensar as possibilidades e a eficácia de implementação de políticas afirmativas e/ou de discriminação positiva, como as cotas, por exemplo.

Já o terceiro nível de análise sai por completo das fronteiras dos sistemas institucionais, envolvendo a dinâmica das relações

sociais: a origem social dos ativistas, suas trajetórias socioeconômicas, o processo de recrutamento propriamente dito, as relações entre candidatos e partido e o resultado da indicação dos candidatos. A fim de melhor compreender a relação entre os pretendentes potenciais e as necessidades ou objetivos dos dirigentes partidários, dois conceitos básicos são formulados. O de *supply-side factors*, relativo àqueles fatores que envolvem as motivações e os recursos capazes de influenciar o indivíduo a se tornar candidato e até mesmo ser vitorioso; e o de *demand-side factors*, que define o quadro de necessidades eleitorais do partido. Já os atores individuais baseiam-se na análise dos “recursos” disponíveis e em suas “motivações” para tomar a decisão de se candidatar.

Convém notar que a perspectiva teórico-metodológica que a autora se apóia para analisar os “recursos” e as “motivações” é distinta das duas anteriores, aproximando-se dos enfoques baseados nas teorias da “escolha racional”. Assim, os indivíduos apóiam-se em cálculos de custos e benefícios com base em situações e estruturas de oportunidades específicas (*idem*, p. 328). Por outro lado, o conceito de “recurso”, tal como em Chapman, ganha uma conotação mais ampla do que a estritamente financeira, englobando outros elementos, como os capitais políticos potenciais. Segundo a autora, as condições de elegibilidade são determinadas por “recursos” como “tempo”, “dinheiro”, “redes de apoio”, “experiência política” e “conhecimento acumulado”. Já as “motivações” envolvem as ambições que os atores possam ter no sentido de vir a disputar ou ocupar cargos, originadas por desejos de ter “poder”, *status*, e/ou de representar um grupo de interesse; de desenvolver um serviço público; obter ganhos materiais, lealdade partidária; ou ainda por objetivos ideológicos, entre outros.

Em ambos os casos, a análise de como o gênero perpassa as trajetórias – familiar, social

e política – irá fornecer importantes pistas para a compreensão da disponibilidade de recursos e das possibilidades de motivação política, necessárias às etapas posteriores do processo de recrutamento. Por outro lado, há a demanda partidária, isto é, as necessidades dos partidos, em que estão envolvidas as prioridades políticas e sua adequação aos requisitos e critérios estabelecidos pelos dirigentes que controlam o processo de decisão eleitoral para definir os potenciais concorrentes. Como eles percebem o papel do representante parlamentar e o que definem como experiência política ou requisitos para competir são questões balizadas por percepções e valores individuais, referências ideológicas e cálculos estratégicos, trata-se então de procurar avaliar *se e como* os fatores de gênero perpassam esse processo.

Como foi assinalado anteriormente, os três trabalhos partem de perspectivas analíticas distintas quanto à natureza da subjetividade dos atores e das possibilidades de ação. De igual modo, as instituições que irão ocupar lugares privilegiados na formação de valores ou padrões variam de análise para análise. Assim, a participação política por gênero passa, necessariamente, por uma análise multicausal que articula as distintas dimensões da vida social, incorporando aspectos que, por muito tempo, foram ignorados pelos estudos políticos e preservando dimensões inerentes a esse campo. A escolha desses trabalhos para ilustrar essas tendências não significa uma adesão ao *conjunto* de suas formulações. O que se pretendeu destacar foi o fato de que, por caminhos diversos, esses trabalhos procuram articular estruturas, atores, subjetividade – coletivas e individuais – e processos sociais mais amplos. Nesse sentido, tanto podem ser considerados expressões de ruptura com as abordagens identificadas no início deste texto, quanto de resgate de dimensões mais estruturais, ou institucionais, como referenciais para análise.

Alguns Comentários sobre a Produção Brasileira

Os traços gerais que marcaram os estudos sobre mulher e/ou gênero e participação política, e que foram objeto de crítica de estudiosas feministas, também são identificados nas ciências sociais no Brasil, particularmente na ciência política. Em relação à trajetória de institucionalização desses estudos no país, Heilborn e Sorj destacam o fato de que, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, “[...] as feministas da academia não desenvolvem estratégias de enfrentamento com as organizações científicas e com os departamentos aos quais estavam vinculadas e concentram seus esforços, quase que exclusivamente, na área da pesquisa social” (1999, p. 186). Essa estratégia não possibilitou a formação de “unidades próprias de ensino”, ou de espaços alternativos, como assinalam as autoras. As acadêmicas brasileiras optaram por “integrar-se à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das Ciências Sociais” (*idem*, p. 187). Isso parece ter resultado no reconhecimento institucional desse campo no interior da academia. Contudo, certas resistências continuam sendo identificadas, e tanto este como outros balanços reconhecem que se trata de um campo ainda marcadamente ocupado por mulheres. Assim como foi assinalado no início deste artigo, no Brasil, é também na ciência política que as autoras constatarem uma maior fragilidade desse processo de institucionalização.¹⁰ Como razões para isso, Pinto (*apud* Heilborn e Sorj, 1999, p. 193) assinala problemas de ordem empírica, relacionados à ausência de estímulo por pesquisas sobre esse tema, decorrente do fraco ingresso das mulheres no que se define como arena política; e, problemas de interpretações teóricas, relacionados à compreensão conceitual da idéia de participação e de efe-

ra pública. Em trabalho recente, Pinto (2001, p. 101) volta a registrar a dificuldade de incorporar a variável gênero em estudos vinculados ao núcleo clássico da ciência política brasileira, bem como dificuldades teóricas, relacionadas à “noção de participação da qual esses estudos partem”. Ademais, mesmo com a posterior incorporação ou substituição do tema “mulher” pela chamada “problemática de gênero”, que propicia análises mais relacionais e comparativas sobre a inserção de homens e mulheres na política, essa área de pesquisa permanece predominantemente ocupada por mulheres. Assim, o registro dos estudos e das pesquisas nesse campo, que aqui está sendo designado como “gênero e política”, no Brasil, ainda remete fundamentalmente à produção de acadêmicas ou de ativistas que procuram desenvolver uma reflexão em torno do tema.

Os trabalhos sobre mulher e política no Brasil ganharam destaque a partir do início dos anos de 1980, refletindo, de certo modo, o clima de redemocratização que se iniciava no país e que marcou aquela década. Trabalhos como os de Alves (1980), Moraes (1985), Toscano (1982, 1985), Costa (1986), Pimentel (1987), entre outros, procuravam registrar e compreender a evolução da luta por direitos políticos das mulheres e os fatores intervenientes nesse processo. O quadro da inserção e o acesso à representação parlamentar e à política institucional também constituíram objeto de atenção (Tabak, 1981, 1987, 1989; Blay, 1983, 1989, 1990; Avelar, 1989), assim como a constituição das mulheres como sujeitos políticos e sua atuação coletiva (Souza-Lobo, 1987; Pinto, 1987; Goldberg, 1989; Cardoso, 1987).

Condizente com os deslocamentos teórico-metodológicos identificados anteriormente, parte dessa produção orientou-se por uma perspectiva analítica que procurava redefinir o conceito de participação política no sentido de torná-lo mais abrangente e conferir visibilidade à diversidade de formas de

ação coletiva com fins políticos, fossem elas feministas ou não. Nessa perspectiva, foram passíveis de crítica tanto a produção clássica da ciência política (Avelar, 1989; Brito, 1991) quanto estudos realizados por feministas em torno da participação institucional, pois, conforme sugeriu Brito (1991), os mesmos tendiam a privilegiar a *ausência* das mulheres do campo político institucional, reforçando, ainda que de forma não-intencional, a ideologia da apatia feminina, que obliterava suas outras formas de participação política. Em contrapartida, tratava-se de desconstruir o mito da apatia feminina resgatando a conexão entre as lutas sociais, a política, o comportamento eleitoral das mulheres, ou, ainda, demonstrando a rica atuação e contribuição feminista na luta por democracia política.

A análise dessa literatura revela que o percurso crítico no Brasil também se defrontou com tensões semelhantes àquelas identificadas em relação às abordagens feministas já discutidas. Em outras palavras, não se tratava apenas de resistência daqueles que trabalhavam com os temas clássicos da política em incluir outros temas ou algumas variáveis – problema que parece permanecer até o momento –, mas também de uma dificuldade das estudiosas feministas em trabalhar com esse “núcleo duro” e incorporar os temas clássicos como objeto relevante para compreender a inserção institucional por gênero. Aqui, a ampliação da esfera do “político” parece ter sido acompanhada, também, pela dificuldade em sentido oposto, isto é, em considerar e incorporar o campo mais tradicional da política.¹¹ A partir da segunda metade da década de 1980, e até meados da década de 1990, período em que há um significativo crescimento dos “estudos feministas”, as pesquisas envolvendo a participação política da mulher em sua dimensão mais institucional registram um crescimento tímido. E se, por um lado, o clima político da época favorecia a emergência de movimentos sociais de mulheres ou de ou-

tros movimentos nos quais elas participavam como sujeitos coletivos, propiciando um vasto campo de investigação, é fato também que esse período foi marcado pela retomada de temas da democracia relacionados à sua dimensão institucional, particularmente o tema da representação. O crescimento inicialmente registrado da presença de mulheres no parlamento¹² transformou-se praticamente em estagnação num momento posterior, mas isto não parece ter sido suficiente para estimular estudos a respeito, ou mesmo a inclusão desse como um problema nas pesquisas mais abrangentes sobre o sistema político.

A década de 1990 foi marcada pela ampliação do debate sobre a participação em instâncias de poder.¹³ A partir da segunda metade dessa década, sobretudo, discutiram-se os caminhos alternativos e as formas tradicionais de acesso ao poder no Brasil, por meio dos quais as mulheres se afirmam como sujeitos políticos e ingressam na disputa eleitoral (Blay, 1990; Pinto, 1994a; Pinto *et al.*, 2000). Nessa literatura mais recente, tem sido destacado, também, o tipo de capital político predominante na viabilização das candidaturas, particularmente o traço familiar desse capital no que se refere aos partidos mais conservadores, conformando-se quase um padrão de ingresso na política. Procura-se, de igual modo, dar visibilidade aos discursos e às redes de relações que as mulheres estabelecem para disputar a política (Barreira, 1998; Lemenhe, 1998; Costa, 1998), bem como aos processos específicos nos quais as mulheres estabelecem estratégias coletivas de intervenção na política (Godinho, 1996, 1998; Borba, 1998). Destaque-se ainda trabalhos que visam a oferecer um panorama mais geral acerca do estágio atual de participação da mulher na política (Avelar, 1996; Prá, 1996; Prá e Baquero, 1997; Blay, 2001).

Em encontro recente,¹⁴ um levantamento informal com o propósito de mapear

as tendências das pesquisas nessa área permitiu constatar uma diversidade de temas de investigação, porém, ainda com predominância em pesquisas históricas que procuram resgatar a trajetória individual de determinadas mulheres em momentos específicos, especialmente na luta pelo sufrágio universal. A seguir, constavam os estudos de casos sobre experiências coletivas localizadas e não institucionais; e, em menor escala, pesquisas sobre os processos eleitorais e as experiências iniciadas com as ações afirmativas e as cotas, estas últimas versando tanto sobre seus impactos quantitativos quanto simbólicos. O exame mais abrangente dos trabalhos publicados nos últimos anos revela, contudo, um aumento de pesquisas que elegem dimensões distintas da representação política. Como já foi assinalado, também no Brasil esse processo vem sendo estimulado por novas estratégias de acesso ao poder, que, no nosso caso, se corporificam nas iniciativas sindicais e na aprovação, a partir de 1996, de leis federais estabelecendo cotas para a disputa legislativa. O acompanhamento desses processos e a análise de seus impactos tem sido objeto de pesquisas para trabalhos que analisam os efeitos quantitativos e qualitativos dessas políticas, propiciando leituras distintas e gerando debates que podem vir a produzir novos desdobramentos teóricos e metodológicos para os estudos sobre gênero e política no Brasil (Godinho, 1996, 1998; Araújo, 1998, 1999, 2001; Miguel, 1999, 2000; Suplicy, 1996; Souza, 2000; Grossi e Miguel, 2001).¹⁵

Observações Finais

O conceito de participação é hoje muito mais abrangente e permite um olhar sobre formas de inserção e tipos de ação coletiva das mulheres, até há pouco invisíveis ou desconsiderados. Todavia, não há como deixar de registrar o fato de que as brasileiras conti-

nuam apresentando índices baixos de participação nas arenas clássicas da democracia representativa.¹⁶

O balanço dos temas discutidos na literatura recente indica a relevância que esse tipo de participação adquiriu. Indica, também, que a suposição da "apatia feminina" em relação à política, que permeou a literatura por muitas décadas, encontra-se bastante enfraquecida como explicação válida para as assimetrias existentes, tornando-se mais uma manifestação de preconceito do que um elemento de interpretação. A preocupação em destacar formas de participação política não-institucionais, afirmando a presença política das mulheres nos múltiplos espaços, assim como os processos nem sempre visíveis, constitui um tipo de contribuição bastante significativa, sobretudo em um país marcado por longos períodos de exceção, onde se agravam ainda mais as possibilidades de visibilidade política para os setores e grupos excluídos. De igual modo, a riqueza dos movimentos comunitários na América Latina em geral e também no Brasil é revelada, sobretudo, por meio da participação ativa das mulheres. Contudo, o cenário da participação das mulheres nas instâncias que compõem a representação – expresso em termos quantitativos nos baixos índices de presença no executivo e no legislativo – ainda está por ser mais bem analisado e compreendido, a partir de análises que incorporem dimensões subjetivas e estruturais, características das relações de gênero no Brasil, articuladas às características mais amplas do sistema político brasileiro.

Em se tratando do problema do acesso ao poder, particularmente ao tema da representação política, o balanço geral a respeito dessa produção, embora não exaustivo, permite finalizar este artigo com algumas observações sobre as suas potencialidades e os seus limites. De início cabe destacar a produção substancial voltada para conferir visibilidade à participação coletiva das mulheres em espa-

ços políticos não-institucionais, os quais envolvem a participação nos movimentos comunitários urbanos, bastante estudados, organizações religiosas, assim como em novos movimentos, como o do sem-terra. Os espaços e as contribuições das mulheres nesses movimentos merecem atenção especial.¹⁷ Além disso, constata-se um grande número de pesquisas voltadas para destacar as experiências individuais, por meio dos estudos de caso sobre mulheres na política, sobretudo via resgate histórico, como forma de conferir visibilidade a essas atuações. Um terceiro aspecto a destacar refere-se à limitada produção de análises que estabeleçam conexões e forneçam uma compreensão mais ampla acerca dos fatores contextuais e mais gerais que interferem no acesso das mulheres às instâncias decisórias. Quanto a isso, são particularmente raros os trabalhos que consideram o sistema político ou os aspectos partidários. Embora os estudos sobre sistema eleitoral e partidário tenham alguma tradição no país, pode-se dizer que a intercessão com a problemática de gênero ainda está por ser feita. Assim, não é precipitado sugerir que as resistências identificadas tendem a se reproduzir na produção local, refletindo-se na escassez de trabalhos que privilegiam as dimensões institucionais e, sobretudo, incorporam as perspectivas comparadas.

Os estudos de caso e de processos relacionados com a experiência de atuação política coletiva têm contribuído para reconstruir as trajetórias que conduzem mulheres de sua condição de atores individuais a atores coletivos. Nesse sentido, ampliam e dão visibilidade à participação não institucional, favorecendo também o entendimento de como as relações de gênero produzem restrições concretas a esse processo e de como as mulheres constroem estratégias que rompem com tais restrições. Tais estudos estão, contudo, por seus próprios objetivos, limitados para fornecer pistas mais consistentes acerca da forma pela qual o gênero recorta

certas dimensões políticas e influencia a inserção das mulheres nas estruturas de poder. Os enfoques mais históricos, que resgatam a luta ou a presença de mulheres em determinados processos, constituem um outro tipo de produção. Esses estudos são importantes porque resgatam atuações diluídas nos registros oficiais e desvendam, ao mesmo tempo, os obstáculos e os preconceitos que se intercalam nessas trajetórias. Contudo, embora ajudem a identificar as rotas percorridas para o ingresso nessas instâncias, não dão conta das confluências que determinam os padrões atuais. Há uma bibliografia em franco desenvolvimento que trata do “estado da arte” da participação política, isto é, da situação atual – índices de participação, lugares ocupados, entre outros aspectos – predominando, porém, uma característica descritiva. De outro lado, salvo algumas exceções, como, por exemplo, os trabalhos de Pinto (1994b, 2000) e Miguel (2000),¹⁸ é perceptível a escassez de análises que desenvolvam reflexões mais teóricas sobre o tema “gênero, participação e representação”. Observa-se, ainda, a ausência de estudos empíricos que trabalhem com uma perspectiva comparada mais ampla, sobretudo entre países. Em alguns casos, como, por exemplo, o trabalho de Avelar (1996), tais dimensões são apontadas, porém, não são discutidas de forma mais aprofundada.

Em se tratando dos estudos voltados para as políticas de ação afirmativa e cotas, relacionados com a esfera da representação legislativa, ainda é cedo para identificar as tendências mais consolidadas, uma vez que as pesquisas ainda se encontram em andamento. Mas não é de todo precipitado sugerir que há uma certa dificuldade, ou mesmo resistência, em analisar as políticas de cotas em sua relação com as dimensões institucionais do sistema político, em aspectos como as caracte-

terísticas do sistema partidário e/ou eleitoral e a cultura política. Tais aspectos são considerados, por vários estudos (Rule, 1997; Jones, 1998; Polanco, 1999; Araújo, 1999; Hutn, 2001; Skjeie e Silm, 2000), importantes para o êxito dessas experiências. O registro do processo e de seu significado simbólico – para candidatas e dirigentes – tende a ser o elemento mais destacado, inclusive quando se trata de analisar as razões da baixa *performance* no interior dos partidos e nos resultados quantitativos eleitorais. Talvez esse tema, por estar diretamente relacionado à dimensão institucional da política, expresse de maneira mais clara a permanência das tensões aqui discutidas e o tratamento dicotômico existente quando se trata de considerar significados e percepções, por um lado, e estruturas, por outro.¹⁹ A respeito do processo em curso até o momento, os resultados das cotas têm ficado aquém do esperado, e isto também tem efeitos sobre a subjetividade das mulheres, o que aponta para a necessidade de articular as várias dimensões em questão.

Essa situação, bastante assimétrica, ocorre também nos espaços executivos, inclusive naqueles onde não está envolvida a representação, como os internos à administração. Nesse cenário, o aprofundamento em torno das investigações sobre dimensões institucionais e processos políticos numa perspectiva de gênero pode vir a produzir uma análise crítica consistente sobre a (in) capacidade de absorção das mulheres e de outros agentes historicamente excluídos das instâncias de poder político. Ao olharmos as duas últimas décadas, podemos identificar um saldo bastante positivo na trajetória dos estudos de gênero no país, mas há ainda um vasto e estratégico campo a ser explorado. Retomando a observação de Sapiro ([1995] 1998), quer queiramos ou não, essas instituições existem e, portanto, contam na manutenção ou na alteração dos espaços ocupados pelas mulheres.

Notas

1. Aqui a participação política é entendida como algo mais amplo do que a participação institucional, envolvendo a “atividade cidadã que visa a influenciar governos” (Norris, 1994a, p. 26).
2. Cabe exemplificar alguns estudos antropológicos recentes, realizados no Brasil, como os de Heredia (1996) e de Kuschnir (1999) por exemplo, que acrescentam novas evidências sobre o complicado imbricamento entre escolhas políticas e hierarquias familiares, sobretudo em relação às escolhas das mulheres.
3. No Brasil, esse termo tem sido livremente traduzido como “empoderamento”. Esse conceito remete a um processo “[...] que visa a consolidar, manter ou mudar a natureza e a repartição do poder num contexto cultural particular” (Le Doaré, 1994, p. 72). Para análises sobre participação política na perspectiva do *empowerment*, ver, entre outros, Bookman e Morgen (1988).
4. Refiro-me à síntese feita por Norris quanto aos tipos de análises que caracterizaram cada um dos períodos por ela identificados.
5. Sobre isto, ver também Dietz (1996).
6. Ver, por exemplo, número especial do *Le Monde*, 284, fev. 2000, com artigos de várias autoras.
7. Por razões de espaço não estão sendo considerados aqui outros trabalhos nesse sentido, como por exemplo, os de Lovenduski e Norris (1995), Darcy *et al.* (1994) e Bachhi (1996), entre outros.
8. Não se pode deixar de registrar que a autora está escrevendo ainda no início da década de 1990, e que desde então algumas alterações podem ser observadas. Isto, por sua vez, não tira a atualidade de suas contribuições.
9. O destaque conferido à dimensão da cultura e, particularmente à cultura política na compreensão dos fatores que interferem no recrutamento político por gênero tem sido feito por vários trabalhos mais recentes, como os de Reynolds (1999), Inhetveen (1999), Skjeie e Silm (2000), entre outros.
10. Segundo as autoras, o levantamento realizado sobre o número de teses defendidas no Rio de Janeiro nas três áreas das ciências sociais indica um número inexpressivo de trabalhos na área de ciência política.
11. Pode ser ilustrativa dessa tensão a resenha publicada no *BIB*, 18 (1984), intitulada “Mulher & política: um debate sobre a literatura recente”, de autoria de Mariza Corrêa. De fato, tratava-se de uma resenha bem estruturada sobre o tratamento do tema da família, relacionando-o com a agenda feminista da época. Nela está presente a preocupação em trabalhar com um conceito mais amplo de “política”. Mas, embora em sentido amplo o termo pudesse ser aplicado, o fato é que há poucas referências a temas relacionados com a política em sua dimensão institucional ou mesmo como ação social coletiva.
12. Ver Avelar (1996), Araújo (1999).
13. É também digna de registro a produção que procurou cobrir a experiência das mulheres no movimento sindical desde a década de 1980, incluindo as experiências mais recentes de cotas (Araújo, 1991; Cappelin, 1994; Castro, 1995; Godinho, 1996).

14. Refiro-me ao III Encontro “Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia”, realizado em setembro de 2001, GT “Gênero e Política”, no qual foram inscritos 25 trabalhos. Por ser um evento voltado especificamente para os estudos de gênero e ser mais acessível a jovens pesquisadores, esse encontro facilita um mapeamento sobre os temas que estão estimulando pesquisas.
15. Entre 1996 e 2001 a revista *Estudos Feministas* promoveu dois seminários e publicou dois dossiês sobre o assunto. Houve também seminários promovidos em universidades.
16. Num *ranking* elaborado pela União Inter-Parlamentar sobre presença feminina no parlamento, atualizado em fevereiro de 2002, envolvendo 134 países, o Brasil ocupou o 94º lugar. Em relação a países da América Latina, só ficou à frente de Honduras, Haiti e Paraguai.
17. Alguns desses trabalhos foram apresentados no X Congresso da SBS, envolvendo vários assentamentos rurais.
18. Numa fase anterior pode ser destacada a obra já mencionada de Avelar (1979), que busca desenvolver uma perspectiva mais analítica para pensar um problema empírico de pesquisa.
19. Como bem foi notado por Giddens (1989), trata-se de uma falsa dicotomia, pois ambas as dimensões compõem a ação social e formam as práticas e os padrões institucionalizados.

Bibliografia

- Ackelsberg, Marta
 1996 “Ampliando o Estudo sobre a Participação das Mulheres”. *Cadernos AEL*, pp. 251-279, Unicamp, 1º semestre.
- Alves, Branca Moreira
 1980 *Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Appleton, A. & Mazur, A.
 1993 “Transformation or Modernization: The Rhetoric and Reality of Gender and Party Politics in France”, in J. Lovenduski e Pippa Norris (eds.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
- Araújo, Clara
 1998 “Mulheres e Representação Política: A Experiência das Cotas no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, 6 (4): 71-91.
- 1999 *Cidadania Incompleta: O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres Brasileiras*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS.
- 2001 “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. *Dados*, 44 (1): 155-195.
- Avelar, Lúcia
 1987 “A Participação Política da Mulher e a Ideologia do Conservadorismo Político: Subsídios para Pesquisas”. XI Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, mimeo.

- 1989 *O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp.
- 1996 *Mulheres na Elite Política Brasileira: Canais de Acesso ao Poder*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.
- Bachhi, C.
1996 *The Politics of Affirmative Action*. Londres, Sage Publications.
- Badinter, E.
2000 “Non aux quotas des femmes”. *Le Monde*, 284, “Dossiers & Documents”, fev. (texto escrito pela autora em junho de 1996).
- Barreira, I.
1998 “Entre Mulheres: Jogo de Identificações e Diferenças em Campanhas Eleitorais”, in Irllys Barreira & Moacir Palmeira (orgs.), *Candidatos e Candidaturas: Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume.
- Blay, E.
1983 *A Participação das Mulheres na Redemocratização: Aspectos das Eleições de 1982*. VII Encontro Anual da Anpocs, out., mimeo.
- 1983 *As Prefeitas*. Rio de Janeiro, Avenir.
- 1990 *Enfrentando a Alienação: As Mulheres e o Poder Local*. XII Congresso da Associação Internacional de Sociologia, Madri, jul.
- 2001 “Um Caminho ainda em Construção: A Igualdade de Oportunidade para Mulheres”. *Revista USP*, 49, p. 82-97.
- Bobbio, N.
1988 *O Futuro da Democracia*. Lisboa, Dom Quixote.
- Bookman, A. & Morgen, S.
1988 *Women and the Politics of Empowerment*. Philadelphia, Temple University Press.
- Bonder, G. & Nari, M.
1995 “The 30 Percent Quota Law: A Turning Point for Women’s Political Participation in Argentina”, in Alida Brill (org.), *Rising a Public Voice: The Women in Politics Worldwide*, Nova York, The Feminist Press.
- Bonachi, G. & Groppi, A. (orgs.)
1994 *O Dilema da Cidadania*. São Paulo, Unesp.
- Borba, Ângela
1998 “Legislado para Mulheres”, in Ângela Borba et al. (orgs.), *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Perseu Abramo.
- Bourdieu, P.
1993 *Sociology in Question*. Londres, Sage Publications.
- 1999 *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Bourque, S. & Grosheltz, J.
1998 [1984] "Politics an Unnatural Practice: Political Science Look at Female Participation", in J. Siltanen & M. Stannworth (orgs.), *The Women and Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*, Londres, Hutghinson.
- Brennam, Teresa & Pateman, Carole
1998 "Mere Auxiliaries to the Commonwealth': The Women and the Origenes of Liberalism", in Anne Phillips (org.), *Feminism & Politics*, Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- Brito, N.
1991 *Mulher e Política: Público e Privado?*. XV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, out.
- Bryson, V.
1999 *Feminist Debates: Issues of Theory and Political Practice*. Basingstock, Macmillan.
- Butler, D. & Kavanagh, D.
1997 *The British General Election of 1997*. Londres, MacMillan Press.
- Cardoso, R.
1987 "As Mulheres e a Democracia". *Revista de Ciências Sociais*, 1 (2): 287-304.
- Castro, M.
1995 "Gênero e Poder no Espaço Sindical". *Revista Estudos Feministas*, 1(3): 29-51.
- Chapman, Jenny
1993 *Politics, Feminism and Reformation of Gender*. Londres, Routledge.
- Christy, C.
1994 "Trends in Sex Difference in Political Participation: A Comparative Perspective", in M. Githens; Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Different Roles, Different Voices: Women in Politics in the United States and Europe*, Nova York, Harper Collins.
- Corrêa, M.
1984 "Mulher & Política: Um Debate sobre a Literatura Recente". *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico*, 18: 27-44.
- Costa, A.
1986 *A Participação Política da Mulher e a Dominação Patriarcal: Uma Introdução*. X Encontro Anual da Anpocs, Campos do Jordão.
1998 *As Donas no Poder: Mulher e Política na Bahia*. Salvador, NEIM/Ufba/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.
- D'Albora, A. & Levine, S.
1996 *Mujer & Ciudadania*. Santiago de Chile, Ideas Fundación.
- Darcy, R.; Welch, S. & Clarck, J.
1994 *Women, Elections and Representation*. Lincoln/Londres, University of Nebraska Press.
- Delgado, Maria Berenice
1996 "Mais Mulheres na Direção da CUT". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 138-147.

- Dietz, M.
1996 "O Contexto é o que Conta: Feminismo e Teorias da Cidadania". *Revista Debate Feminista*, n. especial "Cidadania e Feminismo", São Paulo, pp. 3-29.
- Duverger, M.
1955 *La participation des femmes a la vie politique*. Paris, Unesco.
- Fraser, Nancy
1995 "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age". *New Left Review*, 212: 68-93.
1997 *Justice Interrupts: Critical Reflexions on Post-Socialist Conditions*. Londres, Routledge.
- Giddens, Anthony
1989 *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- Godinho, Tatau
1996 "Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 148-157.
1998 "O PT e o Feminismo", in Ângela Borba et al. (orgs.), *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Perseu Abramo.
- Goldberg, Anette
1989 "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político". *BIB*, 28.
- Goot, Murray & Reid, Elizabeth
1984 "Women are Not Apolitical, Then Conservative", in J. Siltanen & M. Stannworth (orgs.), *The Women and Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*, Londres, Hutghinson.
- Gregory, M. F.
1999 "Estudos de Gênero no Brasil (Comentário Crítico)", em Sergio Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira*, São Paulo, Anpocs/Sumaré.
- Grossi, M. & Miguel, Sonia
2001 "Transformando a Diferença: Mulheres na Política". *Revista Estudos Feministas*, 9 (1): 167-202.
- Haug, F.
1995 "The Quota Demand and Feminism Politics". *New Left Review*, 209: 136-145.
- Heilborn, M. & Sorj, B.
1999 "Estudos de Gênero no Brasil", in Sergio Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira*, São Paulo, Anpocs/Sumaré.
- Heredia, B.
1996 "Política, Família e Comunidade", in Moacir Palmeira & Marcio Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- Hutn, Mala
2001 "A Política de Cotas na América Latina". *Revista Estudos Feministas*, 9 (1): 225-230.

- Hutn, M. & Jones, M.
 2002 "Engendering the Right to Participate in Decision-Making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America, in Nikki Craske & Maxine Molyneux (orgs.), *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*, Nova York, Palgrave.
- Inglehart, R. & Norris, P.
 2000 "The Development Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective". *International Political Science Review*, 21 (4): 441-463.
- Inheteven, K.
 1999 "Can Gender Equality Be Institutionalized?". *International Sociology*, 14 (4): 403-422.
- Inter Parliamentary Union – IPU
 1997 "Men and Women in Politics – Democracy Still in the Making: A Comparative Study". *Series Report and Document*, 28, Genebra, IPU.
 2000 "Politics: Women's Insight. *Series Report and Document*, 36.
- Jones, Mark
 1998 "Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women: Lessons from the Argentine Provinces". *Comparative Political Studies*, 31 (1): 3-21.
- Kuschnir, Karina *et al.*
 1998 "A Campanha Eleitoral na TV em Eleições Locais: Estratégias e Resultados", in Irllys Barreira & Moacir Palmeira (orgs.), *Candidatos e Candidaturas: Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume.
 1999 *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editor.
- Kymlicka, W.
 1995 *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minorities Rights*. Oxford, Blackwell.
- Le Doaré, H.
 1994 "Do Poder Político e Poético: Esquema de um Raciocínio". *Revista Estudos Feministas*, n. especial: 65-78.
- Leijenar, Monique
 1993 "Selecting Candidates in the Netherlands", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
- Lemehne, Maria Auxiliadora
 1998 "A 'Modernidade' como Emblema Político", in Irllys Barreira & Moacir Palmeira (orgs.), *Candidatos e Candidaturas: Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume.
- Lovenduski, Joni
 1993 "The Dynamics of Gender and Party Politics", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
 1996 "Sex, Gender and British Politics", in Joni Lovenduski e Pippa Norris (orgs.), *Women and Politics*, Oxford, Oxford University Press.

- Mateus, F.
1999 "Quotas, Mulheres e Listas: Relembrar Argumentos". *Avante*, Lisboa, 6 maio, p. 20.
- Miguel, S.
1999 "A Política de Cotas por Sexo". Brasília, Cfemea.
2000 "Cuotas Políticas: Cuestionando las Relaciones de Poder", in *De Poderes y Saberes: Debates sobre Reestructura Política y Transformación Social*. Montevideo, Down/Repem.
- Miguel, L. F.
2000 "Teoria Política Feminista e Liberalismo: O Caso das Cotas de Representação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (44): 91-102.
- Moraes, L.
1985 *Mulheres em Movimento: O Balanço da Década da Mulher do Ponto de Vista do Feminismo, das Religiões e da Política*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Norris, Pippa
1993 "Conclusion", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
1994 "Political Participation", in M. Githens; Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Different Roles, Different Voices: Women in Politics in the United States and Europe*, Nova York, Harper Collins.
1996 "Women Politicians: Transforming Westminster?", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Women in Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Okin, S.
1991 "Gender, the Public and the Private", in David Held (org.), *Political Theory Today*, Londres, McMillan.
- Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.)
1993 *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
- Pateman, C.
1993 *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1994 "Does Sex Matter to Democracy? A Comment", in M. Githens; Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Different Roles, Different Voices: Women in Politics in the United States and Europe*, Nova York, Harper Collins.
- Pateman, C. & Brennan, Teresa
1998 [1995] "Mere Auxiliaries to the Commonwealth": *Women and the Origins of Liberalism*, in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Phillips, A.
1992 "Universal Pretensions in Political Thought", in Michele Barret & Anne Phillips (orgs.), *Destabilizing Theory*, Cambridge, Polity Press.
1995 *The Politics of Presence*. Oxford, Oxford University Press.

- 1998 "Democracy and Representation: Or, Why Should it Matter who our Representative Are?", in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Pimentel, S.
1987 *A Mulher e a Constituinte: Uma Contribuição ao Debate*. São Paulo, Cortez/Educ.
- Pinto, Céli
1987 "A Mulher como Sujeito Político: O Caso Latino Americano". *Revista de Ciências Sociais*, 1 (2): 163-170.
1990 *A Trajetória da Invisibilidade: A Mulher enquanto Objeto da Ciência Política*. Seminário de Estudos feministas, São Roque, Fundação Carlos Chagas.
1994a "Donas-de-casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: Mulheres nas Eleições de 1994 no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, 2: 297-312, 2º semestre.
1994b "Mulher e Política no Brasil: Os Impasses do Feminismo enquanto Movimento Social, Face às Regras do Jogo da Democracia Representativa". *Revista Estudos Feministas*, 2: 297-312.
2000 "A Democracia Desafiada: A Presença de Direitos Multiculturais", in Leonardo Avritzer & José Maurício Domingues (orgs), *Teoria Social e Modernidade no Brasil*, Belo Horizonte, UFMG.
2001 "Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil". *Revista da USP*, 49: 98-112.
- Pinto, Céli; Moritz, Maria Lucia; Schulz, Angela & Moraes, Tais
2000 *Perfis, Trajetórias, Desempenhos: Uma Pesquisa com as Vereadoras Gaúchas*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.
- Polanco, Jaqueline Jiménez
1999 "La Representación Política de las Mujeres en América Latina". *Revista América Latina Hoy*, Madrid/Salamanca, Universidad Complutense/Universidad de Salamanca, fev.
- Prá, Jussara
1996 "Cidadania e Gênero no Processo de Construção da Democracia Brasileira", in Adir Luiz Ferreira et al., *Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política*, Porto Alegre, Editora da Universidade.
- Prá, Jussara & Baquero, Marcello
1997 "Os Limites da Cidadania: Novos Desafios". São Paulo, XXI Congresso da ALAS.
- Reynolds, A.
1999 "Women in the Legislatures and Executives of the World". *World Politics*, 51 (4): 547-552.
- Riot-Sarcey, M.
1994 "Estratégias Eminentistas e Representação Política". *Revista Estudos Feministas*, n. especial: 247-255.
1995 "De la représentation et ses multiples usages", in M. Riot-Sarcey (org.), *Démocratie et représentation*, Paris, Editions Kimé.

- Ross, K.
2000 "Unruly Theory and Difficult Practice: Issues and Dilemmas in Work with Women Politicians". *International Feminist Journal of Politics*, 2 (3): 319-336.
- Rule, W.
1997 *Political Rights, Electoral System and the Legislative Representation of Women in 73 Democracies: A Preliminary Analysis*. XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, Seul, ago.
- Sapiro, V.
1998 [1995] "When Are Interests Interesting? The Problem of Political Representation of Women", in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Sawer, M.
2000 "Parliamentary Representation of Women: From Discourses of Justice to Strategies of Accountability". *International Political Science Review*, 21 (4): 361-380.
- Scott, J.
2001 "A querelle des femmes no século XX". *Revista Estudos Feministas*, 9 (2): 367-388.
- Shabad, G. & Andersen, K.
1984 "Candidate Evaluation by Men and Women", in J. Siltanen & M. Stannworth (orgs.), *Women and Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*, Londres, Hutghinson.
- Short, C.
1996 "Women and the Labour Party", in Pippa Norris & Jony Lovenduski (orgs.), *Women in Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Siarof, A.
2000 "Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies". *International Political Science Review*, 21 (2): 197-215.
- Skjeie, H. & Silm, B.
2000 "Scandinavian Feminist Debate on Citizenship". *International Political Science Review*, 21 (4): 345-361.
- Souza, T.
2000 *Agora Eu Sou Uma Estrela: Uma Análise da Cota de 30% de Mulheres em Cargos de Direção no Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- Souza-Lobo, E.
1987 "Mulheres, Feminismo e Novas Práticas Sociais". *Revista de Ciências Sociais*, 1 (2): 221-229.
- Squires, Judith
1996 "Quotas for Women: Fair Representation?", in Pippa Norris & Jony Lovenduski (orgs.), *Women in Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Suplicy, M.
1996 "Novos Paradigmas na Esfera do Poder". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 126-137.

- Tabak, Fanny
- 1981 *O Exercício do Voto e Atuação Parlamentar da Mulher no Brasil*. V Encontro Anual da Anpocs, Friburgo, out., mimeo.
- 1987 *O Perfil da Vereadora Brasileira*. Rio de Janeiro, PUC.
- 1989 *A Mulher Brasileira no Congresso Nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Toscano, Moema
- 1982 "A Mulher na Política", in F. Tabak & Toscano, *Mulher e Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1985 *Mulher, Trabalho e Política: Caminhos Cruzados do Feminismo*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana.
- Tremblay, M.
- 2000 "Women, Citizenship and Representation: An Introduction". *International Political Science Review*, 21 (4): 339-343.
- Vargas, V.
- 2000 "Institucionalidad Democrática y Estrategias Feministas en los Años 90", in *De Poderes y Saberes: Debates sobre Reestructura Política y Transformación Social*, Montevideo, Down/Repem.
- Varikas, E.
- 1996 "Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões Críticas acerca da Paridade entre os Sexos". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 65-95.
- Viegas, J. & Faria, S.
- 1999 "Participação Política Feminina". *Sociologia: Problemas e Práticas*, 30: 55-87.
- 2001 *As Mulheres na Política*. Oeiras, Celta Editores.
- Waylen, G.
- 2000 "Gender and Democratic Politics: A Comparative Analysis of Consolidation in Argentine and Chile". *Journal of Latin American Study*, 32: 765-793.
- Women's Rights Series 10
- 1997 *Differential Impact of the Electoral System on Female Political Representation*. Luxemburg, European Parliament/Division for Social Affairs.
- Young, Iris
- 1990 *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, Princeton University Press.
- 1998 "Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship", in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- 2000 *Inclusion and Democracy*. Oxford, Oxford University Press.

Resumo

Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes

Este artigo analisa a trajetória da incorporação dos temas “mulher” e “gênero” aos estudos sobre participação e representação política, indicando tensões e tendências recentes na agenda de pesquisa e nos enfoques teóricos e metodológicos. Procurando examinar as contribuições dos chamados “estudos feministas” ao debate desses temas, o artigo destaca alguns trabalhos que ilustram as contribuições recentes, marcadas por tentativas de articular distintas dimensões analíticas e retomar enfoques de temas mais institucionais. Finalmente, desenvolve um breve balanço relativo à produção brasileira, traçando paralelos com as tendências identificadas na primeira parte do trabalho.

Palavras-chave: Gênero; mulher; participação política; estudos feministas.

Résumé

Participation Politique et Genre : Quelques Tendances Analytiques Récentes

Cet article analyse la trajectoire de l'incorporation des thèmes “femme” et “genre” aux études sur la représentation politique, en indiquant les tensions et les tendances récentes en termes de programme de recherche, de points de vues théoriques et méthodologiques. L'article se propose d'examiner les contributions des “Études Féministes” aux débats sur ces sujets, tout en mettant en valeur quelques travaux qui illustrent ces contributions récentes, marquées par des essais d'articulation des différentes dimensions analytiques et de reprendre des points de vue des sujets plus institutionnels. Enfin, il essaie de développer une brève analyse sur la production brésilienne, la comparant avec les tendances identifiées dans la première partie de cet article.

Mots-clés: Genre; femme; participation politique; études féministes.

Abstract

Political Participation and Gender: Some Recent Analytical Trends

This article analyses how the themes “woman” and “gender” have been incorporated to the studies of participation and political representation, pinpointing tensions and recent trends, in terms of research schedule as well as theoretical and methodological approach. Aiming at examining the contributions of the so-called “Feminist Studies” to the debate of such themes, the article also highlights some papers that have exemplified these recent contributions, pronounced by attempts to articulate specific analytical dimensions and regain approaches in somehow more institutionalized themes. At last, the article develops a brief balance of Brazilian production, drawing parallels to the trends that were identified in the first part of the article.

Key words: Gender; political participation; feminist studies.